

Organizações Produtivas Solidárias de Coleta Seletiva: Oportunidades e Desafios

Sarentaty Inês Karoline Santana dos Reis – UFU/ Arthur Humbelino Gonçalves dos Santos – UFU/ Marina Maciel Borges – UFU/ Cristiane Betanho – UFU/ José Eduardo Fernandes – UFU

sarentaty@ufu.br/ arthur.santos@ufu.br/
marinamborges@gmail.com/crisbetanho@ufu.br/ eduambienta@gmail.com

Sem agência financiadora

GT 4 - Articulação de catadores de resíduos e economia solidária

Resumo

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a atual situação de cinco Organizações Produtivas Solidárias (OPS) que operam a coleta seletiva de um município do Triângulo Mineiro, à luz dos princípios da Economia Popular Solidária (EPS), apresentando os limites e os desafios desses grupos. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso, inserido em um projeto maior, o processo de incubação dos grupos no Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários. Os resultados sugerem que as OPS enfrentam uma série de contradições na busca por viver a partir dos princípios da EPS, por fazerem trocas em um ambiente dominado pela economia de mercado e por relações políticas não emancipatórias. Conclui-se que os trabalhadores precisam enfrentar essas contradições com a prática consciente dos princípios da EPS, e que o Cieps deve incluir essa questão das contradições em suas ações de formação, a fim de assessorar os grupos na busca das emancipações humanas.

Palavras-chave: Coleta Seletiva, Economia Popular Solidária, Organizações Produtivas Solidárias, CIEPS.

INTRODUÇÃO

O movimento da Economia Popular Solidária (EPS) tem aproximadamente 30 anos. O início de sua disseminação se deu em meados década de 1980, ainda de forma descentralizada (SINGER e SOUZA, 2000), quando parte das forças produtivas nacionais foram a pique. Na década de 1990, chegou-se a níveis alarmantes de desemprego no campo e na cidade, por conta da incorporação de empresas brasileiras

por organizações transnacionais. Parte da população não foi reabsorvida nas novas funções de trabalho criadas pelas novas tecnologias adotadas por essas empresas, dadas as limitadas oportunidades de requalificação, e passou a viver do subemprego e de práticas da economia informal, intensificando a precarização das relações de trabalho (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Foi nesse contexto que movimentos sociais emancipatórios da classe trabalhadora e grupos de trabalhadores expurgados do mercado formal de trabalho, e grupos de nunca incluídos, buscaram juntar forças. Aproveitando habilidades desenvolvidas ao longo da vida e buscando reduzir os riscos de investimento por meio da associação de esforços, reúnem-se em grupos que pretendem relacionar-se com a sociedade a partir de outras formas de organização da produção e comercialização.

Nesse período surge a categoria dos trabalhadores denominada catadores de recicláveis, resultantes dessa exclusão social no mundo do trabalho. “[...] Consideram-se catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis as pessoas físicas de baixa renda que se dedicam às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010).

O esforço dessa categoria para atingir uma renda com capacidade de suprir suas necessidades é grande, fato que permite dizer a necessidade de renda é o que determina a quantidade per capita de trabalho despendida diariamente (BOSI, 2008). Por exercerem uma atividade que proporciona diversos benefícios, entre eles os sociais, econômicos e ambientais, os catadores não são valorizados da forma como deveriam, pois, aos olhos da sociedade, esses catadores se tornam invisíveis e, conseqüentemente, sofrem repressão e exploração dos demais atores que agem no processo de reciclagem de resíduos sólidos (SOUZA et al, 2012; SANTOS et al, 2016). Medeiro e Macedo (2007) tratam como inclusão perversa, já que, ao mesmo tempo em que os catadores são incluídos ao terem um trabalho, são excluídos pelo tipo de trabalho que realizam.

As organizações de recicladores cumprem dupla função social - por um lado, geram trabalho e renda para muitas famílias, e por outro lado, prestam serviços ambientais às sociedades com as quais fazem trocas (SANTOS et al., 2016).

Desde o advento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), os catadores e suas organizações solidárias foram destacados no papel de "agentes ambientais", tornando-se visíveis tanto para as prefeituras, que querem captar recursos para as políticas municipais, quanto para as empresas, que passaram a ser responsáveis

pelos resíduos gerados pós-consumo de seus bens. No entanto, como têm funcionado essas "parcerias"? Elas têm trazido efeitos positivos às Organizações Produtivas Solidárias (OPS) de catadores, para além da geração de trabalho e renda?

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a situação atual de cinco OPS que operam a coleta seletiva de um município do Triângulo Mineiro, à luz dos princípios da EPS, apresentando os limites e os desafios desses grupos.

ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA EM DEBATE

A Economia Popular Solidária (EPS) é uma abordagem da economia cujo marco teórico encontra-se em construção e, sobretudo, em disputa. Para Laville (2009), trata-se de um movimento internacional que funcionaria acima dos Estados e do Mercado. Ela se caracteriza, ao mesmo tempo, como um movimento social e uma alternativa econômica (SANTOS et al, 2016).

Cruz (2002) afirma que a economia solidária é resultado da concentração de reivindicações de movimentos populares nos anos 1970 e 1980, e não apenas um acontecimento que é resultado de condições e inclinações históricas do mercado de trabalho brasileiro. Para reforçar seu ponto de vista, indica a importância de revisitar as histórias das lideranças e seus principais agentes. Enfim, para o autor, a EPS se caracteriza ao mesmo tempo como um movimento social e um fenômeno econômico.

Já Barcellos (2000) afirma que a EPS não é um modelo revolucionário para substituir o atual sistema econômico, mas sim um projeto que visa estruturar uma alternativa política, econômica, social e também cultural, a ele. Com as grandes crises de mercado, o mesmo não absorve todos os trabalhadores, nem ao menos a maioria, tornando assim uma ótima alternativa para o sistema de produção já instaurado em nossa sociedade, o que indicaria que a EPS serviria para tamponar as crises do capital sem, no entanto, contrapor-se a ele e suas externalidades negativas.

Para França Filho e Laville (2004), a EPS é um dos movimentos que questionam o *laissez-faire* na economia. Essas organizações não são movidas apenas pela rentabilidade do capital investido, mas, indo além dos interesses privados, buscam no espaço público um poder-agir na economia.

As Organizações Produtivas Solidárias como modelo sustentável

Inscrita tanto na esfera social quanto econômica, a Economia Solidária inicia um movimento social de trabalhadores, rurais e urbanos, que fundam Organizações

Produtivas Solidárias (OPS), em que ao mesmo tempo administram e produzem valor. Os trabalhadores que se envolvem na criação das OPS - em sua gestão e na produção de valor para a sociedade - em primeiro lugar, criam postos de trabalho para si próprios, e depois buscam a geração de excedentes. Nessa perspectiva, os princípios da EPS e as características das OPS constituem-se um caminho para se construir um modelo de sociedade realmente sustentável.

Por sustentabilidade entendemos a busca da melhoria das condições materiais de vida para comunidades específicas, ao mesmo tempo em que se aprofundam as relações com a sociedade com que as OPS fazem trocas, valorizando o trabalho humano acima do capital, na busca das emancipações humanas. Assim, entendemos que a EPS não serve para tamponar as crises do sistema hegemônico, e sim para, contrapondo-se à organização capitalista dos mercados, buscar, no tempo futuro, construir outro modelo de sociedade, mais justa e solidária.

A inserção que fazemos da expressão “popular”, junto ao termo "Economia Solidária", mais conhecido e tratado na maior parte da bibliografia sobre o tema, indica que entendemos importante frisar que a EPS é uma construção da classe trabalhadora, que trata de organizações produtivas fundadas por trabalhadores, que se tornam geradores de valor e reivindicam um espaço na sociedade que os tinha expurgado anteriormente, ou os condena a engrossar o exército reserva de mão-de-obra.

Assim, a Economia Popular Solidária surge e se desenvolve articulando solidariedade e economia popular, sendo seu maior desafio superar o plano da reprodução simples para atingir o de uma reprodução ampliada da vida em sociedade (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004; EID et al, 2006).

No entanto, se as OPS não desenvolverem condições tecnológicas, gerenciais e financeiras para desenvolver relacionamento com a sociedade, conhecimentos esses devidamente mediados pelos princípios da EPS, acabarão subsumidos pela lógica capitalista. Efetivamente, Gaiger (2000) reflete que a EPS, se não reproduz no interior das OPS relações capitalistas, também não as elimina ou ameaça sua reprodução da forma tipicamente capitalista, dado que experimentam dupla subsunção à economia de mercado: por um lado, sujeitam-se às regras de acumulação e intercâmbio impostas pelos agentes econômicos; por outro, como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão compelidos a adotar a base técnica do capitalismo.

Essa questão é premente e precisa ser devidamente refletida, dado o impacto sobre a própria existência dos princípios da EPS. Salienta Eid (2002) que abrir mão dos

princípios solidários a favor da competição seria indicativo do não entendimento, por parte dos trabalhadores, desses princípios, portanto, não seriam OPS. A práxis, no longo prazo, é que pode gerar uma nova consciência e provocar novas mudanças na prática. Conforme Lisboa (2003), esses empreendimentos podem demonstrar que há outras forças econômicas, além da hegemônica, que buscam construir a possibilidade de uma maior democratização da economia e, portanto, da sociedade, alicerçadas num controle genuinamente social sobre os meios de produção.

Mas não se deve somente atuar no controle dos meios de produção, mas no entendimento da esfera da reprodução das mercadorias. Aí está a materialização da geração de valor.

Da conjugação de ambas as esferas, destaca-se a geração dos resíduos pós-consumo e pós-produção. Esse campo sempre foi tratado como problema da sociedade e não das empresas. O lucro seria privado, mas as externalidades negativas seriam coletivas, problema da sociedade e do poder público, e essa seria a ordem natural das coisas.

Mas a lei de 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, trouxe elementos para mudar essa divisão nada equânime de ônus e bônus. O dispositivo legal prescreve que o Estado e também os agentes geradores têm responsabilidades sobre a gestão integrada dos resíduos sólidos. Dessa forma, as empresas precisam agir sobre as externalidades negativas que geram, assim como Prefeituras e Estados precisam criar, implantar e fiscalizar planos de gestão para obter recursos federais. E os catadores de recicláveis devem ser incluídos no processo da Logística Reversa e na Coleta Seletiva, caso o município queira acessar tais recursos da União. “A logística reversa é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento” (BRASIL, 2010, Art. 13).

Os resultados de um desses planos com a participação de cooperativas e outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda será discutido a seguir.

METODOLOGIA

Metodologicamente, esta pesquisa pode ser descrita como de natureza aplicada e não experimental, pois tem como objetivo descrever a realidade dos grupos, seus

limites, desafios e possibilidades. Como método de procedimento, temos um estudo de caso, pois se investiga um fenômeno em seu contexto real e com profundidade, possibilitando melhor entendimento dos fatos (YIN, 2010).

Em termos de condução da pesquisa, este estudo se insere em uma pesquisa-ação, dado que as OPS analisadas estão incubadas no Cieps - Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários, órgão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) ligado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC). Os passos da pesquisa-ação, segundo Thiollent (1997), são quatro: Pesquisa Exploratória, em que se detectam os problemas, os atores, as capacidades de ação e os tipos possíveis de ação, por meio de diagnóstico interativo; Pesquisa Aprofundada ou Fase Principal, na qual a situação é pesquisada por meio de instrumentos de coleta de dados que são discutidos e interpretados pelos participantes; Ação, que consiste na difusão de resultados, definição de objetivos alcançáveis por meio de ações concretas, e propostas negociáveis entre as partes; e Avaliação, cujo objetivo é observar, redirecionar e resgatar o conhecimento produzido no decorrer do processo. As fases do processo de incubação estão relacionadas à pesquisa-ação: a fase de pré-incubação compreende o passo da Pesquisa Exploratória; a fase de incubação compreende os passos de Pesquisa Aprofundada, Ação e Avaliação; e na fase de pós-incubação o passo da Avaliação é continuado e aprofundado, a fim de que os trabalhadores tornem-se conscientes de suas escolhas. Assim, o presente estudo de caso alimenta a etapa de Avaliação do processo de incubação, trazendo à equipe do Cieps elementos para redirecionar os esforços da estrutura para a melhor assessoria aos grupos estudados.

Todas as OPS demandam assessoria na dimensão relacionamento humano e princípios solidários, de forma a aprofundar o espírito de grupo. Por outro lado, apreender conceitos relacionados à gestão – pessoas, processos, finanças, mercadologia – torna-se essencial para que os grupos possam se autogerir. No entanto, acima de tudo isso, os trabalhadores precisam entender o mundo em que vivem. Como salienta Paulo Freire,

Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos sociais, que fazem e refazem o mundo. Exige

que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece... (FREIRE, 1979, p.15).

Pesquisa-ação e pesquisa participativa implicam na inserção dos pesquisadores no ambiente e na situação pesquisada, com o objetivo de compreender e descrever os fenômenos existentes, além de enxergar sob um ponto de vista não atingível na observação externa. Assim, o estudo de uma pequena amostra pode revelar respostas e soluções para todo o grupo quando há semelhanças, principalmente quanto ao problema discutido. A análise da teoria/prática e sujeito/objeto pode levar a mudanças na sociedade e relações individuais capazes de divulgar suas necessidades e interesses, o que pode determinar mudanças na realidade percebida (AGUIAR; ROCHA, 2003).

Este trabalho é resultado parcial do projeto “**Apoio à continuidade dos processos de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na perspectiva da Extensão Universitária**”, financiado pelo MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq, e está estruturado em quatro partes. A seção 2, a seguir, apresenta a fundamentação teórica e de políticas públicas do trabalho. Posteriormente, na seção 3, têm-se a discussão sobre os resultados das OPS analisadas, mediadas pela reflexão sobre os princípios da EPS. Em seguida, são apresentadas as considerações finais e as referências deste trabalho.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com o objetivo de entender o cenário atual dos empreendimentos de coleta seletiva incubados no Cieps e mapear os avanços e as dificuldades encontradas por eles, foram realizadas visitas de campo dentre os meses de abril e maio de 2016. Vários pontos foram levantados nesse encontro, desde a organização de documentos, rotina de triagem, compradores, parceiros e equipamentos. Além desses pontos, foram levantadas situações relevantes a cerca de conflitos de interesses entre as OPS, empresas privadas e a prefeitura.

O Plano Municipal de Resíduos Sólidos da cidade cujas OPS participam desta análise foi aprovado em 2013 e seu principal objetivo é a diminuição dos impactos que os resíduos sólidos causam na natureza em todos os meios que os produzem. Para diminuir esses impactos, prescreve ações que priorizam a não geração, reeducação, redução, reutilização, reciclagem e descarte ambiental correto, na impossibilidade das práticas anteriormente citadas.

Nesse documento existem propostas de ações de inclusão social dos catadores e efetivamente a prefeitura fechou parceria com uma cooperativa e outras cinco associações de coletores de recicláveis do município. No entanto, na prática, a Coleta Seletiva foi entregue à organização privada que ganhou a licitação para a coleta do lixo urbano e, portanto, essa empresa fica responsável pelas duas coletas. Essa empresa tem a incumbência de realizar a coleta no porta-a-porta e entregar nos barracões das OPS, espaços esses que foram cedidos pela prefeitura e que, em grande parte, estão mobiliados e equipados com itens cedidos pela incubadora. Por sua vez, as OPS fazem a triagem dos materiais e os comercializam.

O quadro abaixo indica a organização do trabalho nas OPS acompanhadas pelo Cieps.

Quadro 1 - Organização do trabalho e pessoal envolvido na coleta e triagem dos materiais

OPS	PESSOAS	ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO
1	10	Os associados são divididos em 5 grupos de 2 pessoas e existe um revezamento entre esses grupos para as cargas recebidas
2	12	Os associados são divididos em 4 grupos de 3 pessoas e existe um revezamento entre esses grupos para as cargas recebidas
3	9	Todos ajudam na triagem sem separação de grupos.
4	9	Todos ajudam na triagem sem separação de grupos.
5	37	Os associados internos(15) revezam a triagem dos materiais recebidos, tanto pela coleta seletiva, quando das empresas parceiras, e os associados externos (22) apenas coletam materiais nas ruas

Fonte: Autores, 2017

Diversas empresas fornecem materiais recicláveis às OPS, mas sem dia fixo. A cooperativa apresenta o maior número de parceiros, em função de sua anterioridade e também pelo seu caráter jurídico. Esses materiais recebidos são quase sempre transportados pela empresa terceirizada, salvo em alguns caso que a própria empresa pede para buscar.

Existe também um convênio com a Universidade Federal de Uberlândia, que repassa os materiais reciclados às OPS. O convênio foi fechado com apenas duas delas, porque as demais, à época, não tinham pronta toda a documentação necessária para tanto.

Todas as organizações recebem carregamentos de materiais da prefeitura. Ocorre uma divisão de entrega por dias da semana, sendo as quantidades desiguais entre as OPS. Não foi explicado o motivo dessa desigualdade, apenas foi exposto um mapa na secretaria municipal responsável que mostra a divisão da coleta pela cidade, mas não a entrega para as organizações. Mostrando assim que não há uma rotina de recebimento. Porém, na secretaria é dito que todos os empreendimentos deveriam receber ao menos um carregamento por dia, o que não acontece - existe uma OPS que recebe apenas 2 dias por semana.

Fora isso todas fecharam acordos com empresas privadas, por conta do tratamento dos resíduos recicláveis gerados por elas. Atualmente, existem acordos com duas empresas de bebidas e outra de telecomunicações. Essas empresas retribuem o trabalho das OPS de diversas formas, como por exemplo disponibilização de assessoria jurídica e contábil, ou ainda na forma de cessão de equipamentos para a triagem e transporte dos materiais.

À exceção das PETs, que são adquiridas diretamente por uma empresa que as recicla, os compradores dos materiais triados e prensados pelas OPS são atravessadores. São eles que determinam os preços dos produtos e, muitas vezes, tornam as organizações reféns de fornecimento, realizando adiantamentos em dinheiro aos trabalhadores.

Todos os compradores destes materiais buscam o mesmo nas próprias associações. Porém, em alguns casos, é cobrado frete. Normalmente as vendas ocorrem semanalmente, sendo necessária uma quantidade mínima de produtos para que a venda seja realizada. O padrão de qualidade exigido é apenas que o material esteja limpo e bem preservado.

Coletadas as informações de preço de venda por quilo de material coletado, pode-se notar que para alguns materiais o preço é bastante discrepante. Essa diferença de preço ocorre pelo fato de que a maioria das vendas é feita para atravessadores diferentes, gerando competição entre os grupos de trabalhadores.

A respeito dos auxílios, somente duas associações recebem auxílio estadual, que é o Bolsa Reciclagem.

Foram feitas várias perguntas a agentes da secretaria responsável pela atividade na prefeitura sobre como funcionava a coleta seletiva na cidade. Foi explicado que há coleta em 29 bairros. Há planos de expansão da coleta para aumentar o raio de atuação para a cidade toda, aumentando assim o número de associações que poderiam ser atendidas. Porém, como indica o plano de gestão de resíduos sólidos da cidade, essa expansão tinha previsão de ser concluída até no ano de 2015 e isso não aconteceu.

Houve uma queda de 25% no volume de materiais coletados no último ano. De acordo com uma técnica da prefeitura, essa queda se deu principalmente pela falta de consciência da população. Essa conscientização é feita exclusivamente pelos próprios estagiários da Coleta Seletiva, de tempos em tempos, nas áreas atendidas, segundo o informado pela representante da prefeitura. Mas, em visita a uma associação, foi relatado que a prefeitura estava pedindo para que eles ajudassem na campanha de conscientização.

Ainda segundo a técnica entrevistada, são vários os problemas encontrados na coleta seletiva, entre eles, o fato de haver uma equipe pequena que trabalha na prefeitura. Falta divulgação da campanha, falta de conscientização entre a população e, além disso, há um problema cultural envolvido. Como não há um horário específico para a passagem do caminhão, isso causa confusão no morador, que acredita que o caminhão já passou e não coloca na rua o material reciclado, ou então acha que não passou e junta com o lixo comum para o descarte.

Outro problema encontrado, e que até agora está sem solução jurídica cabível, é o fato de que catadores individuais passam nas ruas e pegam o material reciclado antes do caminhão da prefeitura, diminuindo ainda mais a quantidade e a qualidade do material recolhido pelos caminhões da coleta seletiva.

Esses conflitos têm afastado as OPS dos princípios da Economia Popular Solidária, tornando o ambiente individualista e confuso. O individualismo gera competição entre as organizações, que começam a lutar entre si por espaço, materiais, parceiros e preço. Tais pontos serão aprofundados nos próximos tópicos.

REFLEXÕES, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A Economia Popular Solidária propõe uma iniciativa coletiva e tem como princípios a autogestão, a valorização social do trabalho e o desenvolvimento humano. O Cieps tem como proposta auxiliar os coletivos populares na reflexão e atuação desses princípios. Porém, alguns acontecimentos externos estão gerando conflitos acerca

desses princípios e desestruturando os processos administrativos e de produção dos empreendimentos. Na sequência veremos quais acontecimentos são esses.

Dependência da Prefeitura

O convênio da Coleta Seletiva Municipal com a prefeitura propõe uma parceria que visa o apoio e a melhoria do trabalho nas associações, porém essa parceria gera uma dependência por parte dos empreendimentos ao invés de apoiar o caminho de sua emancipação.

A coleta de resíduos sólidos é feita por caminhões terceirizados, e a empresa é também responsável pela coleta de lixo comum e o Aterro Sanitário Municipal. Essa terceirização dificulta a autonomia dos empreendimentos e traz outros problemas para a rotina de trabalho nos galpões.

Os trabalhadores responsáveis pela coleta de rua são ajudantes dos caminhões de lixo da empresa que coleta os resíduos sólidos das ruas, e não são treinados para a nova função, o que dificulta o trabalho de coletar recicláveis, que é diferente da coleta de lixo. Existe a reclamação dos gestores das OPS de que os carregamentos recebidos estão vindo com muitos rejeitos (em alguns casos os níveis chegam a 30%). A média entre todas as OPS é de 18% de rejeitos entre os materiais recebidos. São vários os fatores que influenciam esses números, como por exemplo a região em que é coletado material, quantos carregamentos são recebidos, entre outros.

Um dos deveres das OPS com a prefeitura é enviar um relatório mensal com as quantidades e os tipos de materiais triados pela coleta do município. No entanto, não existe pesagem do caminhão. O motorista faz uma estimativa do volume, documentada em recibos entregues aos trabalhadores nas oficinas de reciclagem. Esse procedimento traz incoerência entre a pesagem do caminhão, a pesagem dos materiais triados e o rejeito. Essa incoerência afeta a congruência dos resultados de aproveitamento publicados pela prefeitura.

O Fórum Municipal da Coleta Seletiva

O Fórum Municipal de Coleta Seletiva é formado pelos presidentes dos empreendimentos parceiros da prefeitura e as secretarias envolvidas nas discussões acerca do assunto da coleta seletiva municipal. As reuniões ocorrem quinzenalmente no gabinete do vice-prefeito. O Cieps tem cadeira representativa nas reuniões, o que possibilita visualizar e compreender os principais pontos discutidos e os conflitos de

interesses das partes.

Os trabalhadores se queixam de pouca autonomia no processo da coleta e das falhas de logística dos caminhões da coletora terceirizada. Além da logística prejudicada, os galpões para triagem oferecidos pela prefeitura estão com frequentes problemas de alvará, energia e água. Mesmo o galpão sendo da prefeitura, os empreendimentos recebem multas da própria prefeitura por falta dos documentos que a mesma deveria atualizar ou disponibilizar para as associações e cooperativa.

Os catadores lutam para que eles possam ser os responsáveis por todo o processo da coleta, desde a condução dos caminhões nos bairros até a venda dos materiais após a triagem. Com isso, foi proposta a elaboração de um projeto de lei que determine essa responsabilidade aos empreendimentos e que eles possam receber pelo serviço prestado, como a empresa terceirizada recebe atualmente. O projeto de lei já foi elaborado e espera agora ser aprovado o mais rápido possível.

O contato com a economia de mercado e estímulo ao individualismo

Além das dificuldades com a Prefeitura, existe uma grande pressão de empresas privadas, gerando individualismo e competição entre as OPS.

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e consumidores de resíduos sólidos têm responsabilidade compartilhada no ciclo de vida dos produtos. Com isso, as empresas privadas buscam "parcerias" com as associações de coleta seletiva, a fim de cumprir com as responsabilidades ambientais e sociais exigidas.

As perspectivas de atuação dessas empresas são baseadas na economia de mercado, que tem como alguns dos seus princípios o lucro, a competição e a gestão hierárquica. Princípios antagônicos aos da Economia Popular Solidária.

As propostas têm gerado grandes conflitos entre as OPS. Por exemplo, existe um incentivo por parte delas para que todas as associações passem pela transição e se tornem cooperativas. E após a transição seria configurada uma Federação de Cooperativas, sob comando de uma das empresas.

Dentro da visão solidária, se todos acatarem essa proposta as cooperativas começariam a competir entre si, quebrando toda a força de trabalho cooperado que se propõe para que as famílias envolvidas se emancipem financeira e socialmente.

Há outras propostas que envolvem a cessão de materiais recicláveis. No entanto, as empresas nunca apresentam proposta de remunerar as OPS pelo trabalho a ser

prestado - de retirada e destinação correta dos resíduos -, tarefas que a PNRS afirma que seria de responsabilidade das geradoras. Os trabalhadores, no entanto, apenas enxergam a possibilidade de aumentar a produção, pagar de dívidas existentes entre OPS e atravessadores e melhorar o rendimento dos catadores.

A principal preocupação sobre essas propostas é que antes mesmo de tomarem a decisão de virarem ou não cooperativas, os presidentes e associados/cooperados já estão em conflito e se individualizando cada vez mais. Cada núcleo está pensando em benefício próprio e não no coletivo. E, além disso, as propostas visam um auxílio imediatista que não será sustentado por muito tempo nem trará autonomia para as OPS.

Devido aos conflitos de interesses e a preocupação da incubadora em relação aos trabalhadores, foram propostas reuniões entre os presidentes das OPS com o objetivo de refletir sobre os pontos acima citados.

Uma das maiores queixas dos presidentes é a dificuldade de relacionamento entre eles e as diferenças históricas entre os empreendimentos. As diferentes maneiras de se organizarem também influenciam para que o pensamento coletivo não aconteça da melhor maneira possível entre eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Gaiger (2000), para que os empreendimentos solidários mantenham seus traços distintivos, existem três desafios a enfrentar: a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, sem se corromper, e usá-la para a construção de sua própria forma social de produção; b) provar ser superior, na comparação com empreendimentos capitalistas; c) resistir às pressões do ambiente econômico.

Percebe-se que os trabalhadores estão subsumidos à lógica da economia de mercado, sendo explorados pelos atravessadores e sujeitos a interesses de empresas e agentes públicos, sem governabilidade sobre as relações das quais participam, que são chamadas "parcerias"; no entanto, claramente, existe partilha bastante desigual de ônus e bônus entre os "parceiros".

Percebemos que o interesse principal das OPS é ter um resultado econômico mais acelerado e, por isso, as parcerias com as empresas privadas se tornam interessantes.

Tendo em vista que os trabalhadores têm necessidades ligadas à sobrevivência familiar no dia-a-dia, o processo de sustentabilidade é essencial para assegurar que os ganhos financeiros mantenham a motivação dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo,

essa motivação precisa ser orientada para a forja de relações críticas em relação ao que já viveram e presenciaram. A sustentabilidade econômica não deveria ser o único objetivo de uma organização produtiva solidária. A busca das emancipações humanas deve ser intentada, não somente a econômica. A resolução de conflitos precisa passar pelo questionamento das soluções apresentadas pela organização capitalista, e os trabalhadores precisam ter apoio para refletir a construção de outras opções (mais solidárias) de organização e solução de contradições.

Não se pode esquecer que essa categoria vive em ambientes capitalistas e com eles fazem trocas, e que os trabalhadores viveram com as construções de soluções de conflito de seus antigos ambientes profissionais, ou então são impactados por eles quando assistem aos meios de comunicação tradicionais, dado que a indústria do conteúdo é reprodutora desses padrões.

O entendimento de competição é muito forte entre os empreendimentos que acreditam que cada um, ao seu modo, tem direito ao acesso a alguma política que o beneficie, talvez de forma intencional, competindo com outro empreendimento afim. É a máxima do mundo capitalista de que existem vencedores e perdedores. Assim, os trabalhadores precisam de apoio para refletir sobre como solucionar problemas de relacionamento, produção e comercialização de forma solidária, entendendo as contradições que precisam enfrentar. E precisam ser apoiados para enfrentá-las, caso contrário apenas reproduzem as relações de exploração da economia capitalista.

O método de incubação do Cieps está em constante construção. Há uma percepção em relação à dependência econômica, sendo que os empreendimentos devem superar em primeiro momento a questão da viabilidade financeira da atividade envolvida, por meio de projetos, e, ao mesmo tempo em que as assessorias são realizadas e as ações de formação são executadas, e assim pretende-se que haja uma troca de saberes e de experiências que levem a outra concepção de mundo.

Os processos de formação para o trabalho são fundamentais para contribuir para a superação dessas contradições. Aliar dinâmicas que consigam fazer as mediações entre o conhecimento técnico que deve ser dominado e subordinado aos interesses dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, associar práticas formativas que apontem para a tomada de consciência enquanto ser socialmente histórico - e que contemplem todas as necessidades humanas de acumular saberes para sua existência -, são os desafios do processo de formação que se pretenda emancipatório. Que aponte para a superação tecnicista e possibilite que os trabalhadores transfiram e gerem conhecimento,

subordinem as tecnologias às suas necessidades, agregando valor para si, para seus pares e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Katia; ROCHA, Marisa L. **Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises**. *Psicol. Cienc. Prof.* Vol. 23, no.4 p. 54-73, dez. 2003
- BARCELLOS, A.P. **Economia popular e solidária**: uma alternativa à crise do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. 2000, 62f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 101-116, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006**. Regula a Separação dos Resíduos Recicláveis. Diário Oficial da União. Brasília - DF, 25.10.2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm>. Acesso em 21 de mar. 2018.
- CRUZ, A. **Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária**. Ecosol, 2007. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt/politpub.pdf>>. Acesso em 15 de Abril de 2016.
- EID, Farid (org). **Construindo uma economia solidária**. Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT. Campinas: Unicamp, 2002.
- EID, Farid; PIMENTEL, Andréa H.B.; SEVERINO, Maico R.; SANTOS, Clarice. Cadeias produtivas sob controle de famílias cooperadas do MST-Brasil. **Anais. VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural – ALASRU**. Quito, Equador, 20-24/11, 2006.
- FRANÇA FILHO, Genauto C. e LAVILLE, Jean-Lois. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- GAIGER, Luiz I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. 2000. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc5.doc>. Acesso em 12 jul 2005.
- LAVILLE, Jean-Louis. A Economia Solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 7 – 47, mar.2009. Disponível em: <<http://www.jeanlouislaville.fr/pt-pt/revista-critica-de-ciencias-sociais-n84/>>. Acessado em: 04 de março de 2018.
- LISBOA, Armando M. Mercado Solidário. In: CATTANI, Antônio D. (org.) – **A outra economia**. Porto Alegre :Veraz Editores, 2003.

MEDEIROS, Luiza Ferreira de Rezende; MACÊDO, Kátia Barbosa. Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, p. 72-94, mai./ago. /2007.

PROJETOS UNIJUI. **Geração e gerenciamento de resíduos sólidos provenientes das atividades humanas**. <http://www.projetos.unijui.edu.br/gipec/sit-estudo/selixo/gipec-se-ot-gg.htm>. Acesso em 15 de Abril de 2016

SANTOS, Arthur Humbelino Gonçalves dos; BORGES, Marina Maciel; BETANHO, Cristiane; FERNANDES, José Eduardo. Oportunidades e Desafios das Organizações Produtivas Solidárias de Coleta Seletiva de um município do Triângulo Mineiro (MG). In: V Encontro Nordestino de Incubadoras de Economia Solidária/ENIES, 2016, Juazeiro do Norte. **Anais do V ENIES**, 2016.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. de. **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; BASTOS DE PAULA, Mabel; DE SOUZA-PINTO, Helma. O papel das cooperativas de reciclagem nos canais reversos pós-consumo. **RAE-Revista de Administração de Empresas**. São Paulo - SP, v. 52, n. 2, p. 246-262, mar/abr., 2012.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ªed. Porto Alegre: Bookman, 2010.